

**ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE ATENDIMENTO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MATO GROSSO DO SUL EM
RELAÇÃO AO COTIDIANO DAS ESCOLAS EM CORUMBÁ.**

Relatório Final de Iniciação
Científica, sob a orientação, da
Professora Mônica de Carvalho
Magalhães Kassar.
UFMS/CNPq.

1995

ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE ATENDIMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MATO GROSSO DO SUL EM RELAÇÃO AO COTIDIANO DAS ESCOLAS EM CORUMBÁ.

Valdair Fogaça de Araújo - Bolsista de Iniciação Científica - CNPq/UFMS
Mônica de Carvalho Magalhães Kassar
DED/CEUC/UFMS Caixa Postal 252 - CEP 79304-020 - Corumbá-MS.

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a história da Educação Especial e o material bibliográfico referente ao assunto apresentam-na como decorrência da evolução das civilizações. Consta-se que as sociedades mais primitivas exterminavam as "pessoas diferentes"¹ e, contraditoriamente, hoje esforça-se para integrá-las através da educação, com amparo legal e políticas educacionais específicas para os portadores de necessidades especiais.

Dessa forma é importante registrar que para proceder este trabalho, é necessário explicitar que a

"Educação Especial deve ser entendida dentro do seu contexto maior, que é educação geral",²

Caso contrário corremos o risco de propormos análises simplistas sobre essa temática.

O interesse por esse tema surgiu da intenção de conhecer a Educação Especial, quando, graduanda do curso de Pedagogia, na cidade de Corumbá-MS, tive oportunidade de pesquisar sobre essa temática. Assim, verifiquei que vários estudos mostram que, apesar de ser este um tema relevante, esta modalidade de educação é discriminada ou simplesmente entendida como um "apêndice"³ do ensino regular.

A quase inexistência desse tema dentro das discussões a respeito da educação geral, pode ser identificada como a segregação sofrida pelos próprios deficientes na sociedade. A exclusão está presente no discurso da Educação Especial que objetiva, fundamentalmente, a integração dos portadores de deficiências, seja na escola, seja na sociedade de modo geral. A sociedade resiste às

¹ Quero aqui registrar que refiro-me a "pessoa diferente" como sujeitos que apresentam diferenças físicas, sensoriais, e/ou cognitivas, decorrentes de fatores orgânicos ou circunstanciais.

² ANACHE, Alexandra Ayach. *Discurso e prática: a educação do "deficiente" visual em Mato Grosso do Sul.*

p. 11

³ Sobre este aspecto ver: FERREIRA, J. A exclusão da diferença. M. A deficiência mental na voz das professoras.

propostas legais deixando o aluno portador de necessidades especiais sem atendimento, e a forma de organização social exclui e estimula, pela exclusão, o crescimento de portadores de deficiências.

No estado de Mato Grosso do Sul, a Secretaria de Educação/SEE-MS vem trabalhando no sentido de propor formas de atendimento que correspondam às necessidades dos portadores de deficiências, cuja meta final é a integração dos educandos.

A integração, é entendida em termos gerais, como o processo que viabiliza o portador de necessidades especiais aceitar e ser aceito em sua família, sua comunidade, escola, trabalho, na sociedade em que vive, sentir-se feliz, útil, produzindo, competindo, trocando experiências, ter deveres e direitos, enquanto cidadão.

As propostas educacionais em Mato Grosso do Sul seguem um movimento integracionista, defendido nas últimas décadas, praticamente em todo mundo, nos diferentes seguimentos ligados ao atendimento do deficiente.

“Nas últimas décadas, temos assistido e participado de um movimento integracionista do deficiente, que defende seus direitos enquanto cidadãos para que possam, inclusive, cumprir com seus deveres no bojo da sociedade em que vivem”⁴

Embora o termo “integração” tenha várias concepções respeitando as diferenças existentes em cada país, estado, classe social, podemos tentar traçar um intercâmbio de iniciativas relativas às temáticas sobre esse assunto em seus diferentes níveis. Para que haja maior compreensão quando referir-se ao tema discutido;

“entende-se a INTEGRAÇÃO como a participação do portador de necessidades especiais em todos os grupos: família; escola; trabalho e sociedade; onde as partes interagem e se completam, respeitando os limites, diferenças e as transformações naturais do processo histórico”⁵

⁴ CHACON, Miguel Cláudio Moriel. *A Dinâmica do drama é personalidade*. mimeo, 1994.

⁵ Políticas Educacionais. Campo Grande-MS, 1994. p. 18.

Particularmente, antes de iniciar este trabalho, eu também fazia parte da parcela da sociedade segregadora e desconhecia qualquer discussão relativa à Educação Especial. No decorrer dos estudos relativos à essa temática, fui questionando se o professor que atua na classe especial ou na sala de recurso conhece realmente, o conteúdo das propostas educacionais e o significado efetivo do processo de integração.

OBJETIVOS

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivos: - conhecer e discutir as implicações das propostas educacionais de educação especial, elaboradas pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1990 a 1994, nas escolas públicas estaduais do município de Corumbá-MS, que oferecem esse serviço; - entender e analisar a forma pela qual os professores das classes especiais e salas de recursos percebem tais propostas educacionais; - conhecer o nível de conhecimento destes profissionais nesta modalidade de ensino em relação às propostas estaduais; - discutir como ocorre o referido processo de integração no cotidiano das escolas em Corumbá-MS.

METODOLOGIA

Para alcançarmos os objetivos propostos na realização deste trabalho, ordenamos e trilhamos alguns passos com a finalidade de realizarmos então nossas pretensões.

Inicialmente, principiamos com um estudo de bibliografia referente ao tema. Num segundo momento procuramos a Unidade Interdisciplinar de Apoio Psicopedagógico-UIAP, no Núcleo Educacional nº 88 de Corumbá-MS, a fim de coletar informações de tipos de serviços existentes, a quantidade e localização dos mesmos. Como veremos adiante, as UIAPs são unidades da rede estadual atualmente responsáveis pelo acompanhamento da Educação Especial nos municípios.

Em Corumbá-MS, temos duas UIAPs lotadas nos núcleos educacionais, a de nº 20 e nº 88. Ambas foram procuradas, no entanto, o único profissional existente na UIAP 20 não foi encontrado em nenhuma das visitas. Concentramos então, em buscar informações na UIAP 88, que, além de encontrarmos os profissionais mais disponíveis, tem sob sua responsabilidade um grande número de classes especiais e salas de recursos. Coletamos o material elaborado pela Secretaria de Educação do Estado sobre Educação Especial, (1990 a 1994) e procuramos material produzido pelo Núcleo Educacional de Corumbá-MS, conforme proposta inicial do trabalho. Cabe ressaltar que não foi encontrada nenhuma produção elaborada pelos próprios núcleos.

À luz das leituras e da análise do material conseguido, elaboramos um instrumento (questionário em anexo) para entrevistar os profissionais que atuam nos serviços especializados da rede pública estadual em nosso município. Este consistiu o terceiro momento do trabalho.

Num quarto momento, visitamos as escolas, onde procuramos a coordenação e/ou supervisão com a finalidade de marcarmos as entrevistas com as professoras. Devo declarar que as supervisoras e coordenadoras nos receberam sem reservas, o que não aconteceu com algumas professoras, acarretando assim uma das dificuldades encontradas para a concretização dos objetivos propostos. Inicialmente pretendíamos entrevistar os professores de 1º grau, classes especiais e salas de recursos, no entanto, por objeções encontradas (resistência por parte dos professores procurados) optamos por entrevistar os profissionais que atuam diretamente em salas de recursos e classes especiais; o que também não obtivemos a aceitação por completo. Mesmo com professores que atuam em salas de recursos e classes especiais encontramos resistência, pois alguns não queriam responder o questionário de forma alguma. Contudo conseguimos entrevistar cerca de 50% dos profissionais atuantes na área de educação especial em nosso município.

Os professores foram deixadas à vontade para responderem ao questionário. As respostas poderiam ser dadas oralmente, ou por escrito. Quando oralmente, as informações foram gravadas em audio cassete ou transcritas, dependendo da preferência e disponibilidade do professor.

Alguns professores aceitaram conversar conosco mas sem que registrássemos o que expunham, outros propuseram que deixássemos o questionário para que respondessem quando tivessem tempo disponível e marcaram um determinado prazo, nunca antes de uma semana, para a entrega das respostas. Sendo assim, os professores, optaram por registrar suas respostas com seus "próprios punhos" e estas, quando utilizadas no corpo do trabalho, foram copiadas tal qual a original registrada por seu autor. Apenas uma das entrevistas foi gravada e, posteriormente, transcrita.

Finalmente, analisamos e comparamos o material coletado, onde algumas falas estão no decorrer deste, citadas e discutidas.

DISCUSSÃO

A partir dos estudos elaborados e das entrevistas efetuadas, elegemos alguns temas para análise. Eles foram escolhidos ou, pela importância dada pelos documentos norteadores da Educação Especial em nosso Estado ou, pela relevância em que os encontramos na bibliografia referente à essa temática.

1. A Integração

Podemos dizer que a *integração* é o objetivo central das diretrizes de ações propostas pela Secretaria de Educação/SEE-MS, durante o período 1990-94. Como exemplo, temos os documentos: "Uma Proposta de Educação para Mato Grosso do Sul" que constitui-se de textos que instituem os pressupostos fundamentais das políticas educacionais do Estado, voltada para os setores específicos⁶, e as "Diretrizes Curriculares" que tem o firme propósito de viabilizar a integração do portador de necessidades especiais, ao ensino regular, sempre que possível⁷. Estes documentos referem-se à integração, em termos gerais, objetivando viabilizar a aceitação do indivíduo por sua família, comunidade, escola, trabalho, enfim, na sociedade em geral. Integrar-se é proposto como o processo de viver com "pessoas diferentes" trocando experiências, tendo deveres e direitos, enquanto cidadão.

Estamos, neste trabalho, nos atendo à questão "diferentes x normais"⁸ mas os conceitos de integração aqui apresentados podem ser utilizados em relação a outros grupos chamados atualmente de "minorias", como mulheres, negros, índios, homossexuais, etc. Nesse sentido, o processo de integração deve ser vislumbrado como ...

"Contínuo e histórico que se confunde na busca de mudanças estruturais de um sistema econômico-político e social injusto".⁹

Sobre o tema *Integração* o documento "Políticas Educacionais" apresenta sua relevância logo no primeiro parágrafo das considerações gerais:

"A Política Educacional para o Ensino do Portador de Necessidades Especiais tem o propósito de viabilizar a integração ao ensino comum, através da operacionalização do apoio educacional, e serviços especializados implantados nas escolas"¹⁰

⁶ SEE/MS. *Diretrizes Gerais para Ensino do Portador de Necessidades Especiais*. Campo Grande. 1992. p. 9

⁷ SEE/MS. *Diretrizes Curriculares*. CAEPNE. 1992. p.7.

⁸ Diferente : portador de Necessidades Especiais. Normais : Não-portador.

⁹ FIGUEIREDO, Marta. A integração social do portador de deficiência. *Revista Integração*. s/nº

¹⁰ SEE/MS. *Políticas Educacionais*. Campo Grande, 1994. p.5

A partir da importância da questão *Integração*, levantamos a seguinte pergunta aos profissionais que atuam com classes especiais e salas de recursos: “O que significa integração? Usando suas palavras explique o que entende por integração de pessoas portadoras de deficiências?”

Obtivemos tais respostas como:

“É que a sociedade aceite o deficiente como ele é, e não como ela quer que ele seja”. Prof. nº IV

Ou, ainda:

“É a aceitação do deficiente pela sociedade sem preconceito, respeitando-o como pessoa”. Prof. nº I

A questão *integração* é muito mais complexa do que uma mudança de comportamento da sociedade. É uma questão histórica e cultural de introyção de valores. Embora tenhamos pessoas “lutando” para que haja um entendimento mais adequado dessa questão entre os profissionais da educação, tivemos informações da equipe técnica da UIAP de que alguns professores dizem frases como “ou o aluno ou eu” e outras vezes pronunciam a “celebre” e cotidiana frase “não se ganha para trabalhar com criança **desse tipo**”.

A partir desses depoimentos, podemos perceber o universo contraditório da educação e, especialmente, da educação especial, pois, enquanto algumas professoras do ensino regular pensam e agem com rejeição, as professoras das salas de recursos e classes especiais nos responde que *integração* significa aceitação e respeito.

Sabemos que a escola não pode ser responsabilizada pelas mudanças de comportamento, pois ela é parte integrante da sociedade, no entanto, a postura de respeito deveria estar presente no ambiente escolar, pois ela é parte do discurso da educação contemporânea.

Verificamos que não há a “aceitação do deficiente”, na maior parte das vezes, nem por suas famílias, assim como nas diversas instituições sociais. Parece-nos que a existência de legislação específica para os Portadores de Necessidades Especiais é mostra de que é necessário lembrar de que os P.N.E.s são parte da sociedade, caso contrário não precisaríamos de leis específicas se realmente vivêssemos a *integração*.

“A integração é um processo de incorporação, e, quando se trata de pessoas portadoras de deficiência, esse processo é longo e trabalhoso pois vai precisar primeiro da aceitação da família e posteriormente da escola e sociedade. Todo indivíduo precisa viver onde outros vivem e como eles vivem, inclusive nos direitos e deveres”. Prof. nº III

Se olhássemos para os “deficientes” como cidadãos com os mesmos direitos e deveres dos ditos “normais” não teríamos tanto preconceito como os que permeiam a sociedade, assim não ocorreria essa segregação nas diferentes instâncias sociais: família, escola, etc.

Dentro das respostas das professoras entrevistadas e também das técnicas que respondem pela educação especial encontramos um ponto comum que é a preocupação com a família. Os técnicos da UIAP por encontrarem muita dificuldade de diálogo com as famílias dos deficientes atendidos nas escolas estaduais de Corumbá-MS, estão pensando em projetos para abrandarem tais problemas, pois, segundo os depoimentos, a família não colabora como deveria, e às vezes de forma alguma. Certas famílias apresentam total abandono para com a pessoa deficiente.

*“Integração da Pessoa Portadora de Deficiência deve ser vista como instrumento que venha facilitar a vida do Portador da deficiência no meio social tornando membro atuante e livre de rotulação. Ela deve ser feita primeiro na família porque a própria já o rejeita: ‘Ele é diferente deixe-o assim mesmo’.
Prof. nº V*

O fato apresentado de que a família rejeita o “seu deficiente” é discutido não só entre profissionais que atuam com essa clientela, mas também em pesquisas sobre a temática. No entanto, é necessário lembrar que a falta de atenção com o deficiente por sua família, não deve ser uma desculpa para o insucesso escolar dessa clientela. Talvez deva evidenciar os caminhos para um trabalho a ser construído objetivando auxiliar a própria família a melhor conhecer o portador de necessidades especiais, pois sabemos que ele não se sentirá integrado em nossa sociedade se essa integração só ocorrer na escola. Nesse sentido, CARVALHO, utilizando as palavras de Heloísa G. de LORENZO, lembra que:

*“Integração é o processo de incorporar física e socialmente dentro da sociedade as pessoas que estão segregadas e separadas de nós. Significa ser membro ativo da comunidade, vivendo onde outros vivem, tendo os mesmos privilégios e direitos que os cidadãos não deficientes”.*¹¹

2. As Unidades Interdisciplinares de Apoio Psicopedagógico - UIAP

Em nosso estado, nos diferentes municípios, os serviços de Educação Especial são supervisionados pelas Unidades Interdisciplinares de Apoio Psicopedagógico - UIAPs cujos objetivos, são o diagnóstico e acompanhamento das classes especiais e das salas de recursos. Estas responsabilidades e atribuições estão registradas nas políticas e diretrizes estaduais.

Essas Unidades estão vinculadas diretamente à Equipe de Apoio ao Ensino do Portador de Necessidades Especiais da Coordenadoria de Ensino Básico - SEE/MS. Nesse sentido, uma das atribuições previstas para essa equipe é...

*“Coordenar o processo de implantação e operacionalização das Unidades Interdisciplinares de Apoio Psicopedagógico, que visam garantir a integração dos alunos Portadores de Necessidades Especiais nas Unidades Escolares;”*¹²

Para os objetivos do presente trabalho, faz-se necessário o conhecimento das UIAPs, por ser o organismo no qual se sustenta toda a proposta estudada e pela sua grande responsabilidade em todo processo de escolarização dos portadores de necessidades especiais nas escolas públicas e na efetivação do processo chamado de integração.

“As unidades Interdisciplinares de Apoio Psicopedagógico - UIAP tem sua equipe técnica formada por profissionais da área de Educação e Saúde... Entende-se por profissionais da área de Educação: Pedagogo (professor ou especialista da educação) com experiência da área de educação especial e/ou iniciais e; Psicóloga Escolar”

¹¹ LORENZO, H. G. In: CARVALHO, Rosita Edler Panorama Internacional da Integração enfoque nacional - Revista Integração - Ano 5, nº11, p.9

¹² SEE-MS. Políticas Educacionais - Campo Grande-Ms, 1994.p.6.

(...)

*"Cabe ressaltar, que os profissionais da área de saúde necessários, deverão, ser requisitados através de articulações com os serviços existentes na comunidade."*¹³

Eis aí um primeiro ponto para análise: os serviços de saúde, tão necessários a essa clientela, são deficientes na comunidade de Corumbá-MS. Este fato é, no momento, uma das maiores dificuldades encontradas pela equipe da UIAP, pois na maioria das vezes em que precisam desse atendimento os profissionais encaminham os educandos até a capital a fim de conseguirem as avaliações diagnósticas.

Segundo uma prof:

"Prova disto é a dificuldade de se ter uma avaliação diagnóstica feita em nome da saúde e bem estar do deficiente. Ora porque só tem um profissional cadastrado, ora porque não tem ninguém da área respondendo por isso". Prof. VI

Se tomarmos esse depoimento como um referencial podemos constatar que, apesar de existir uma política para o atendimento e integração do alunado portador de deficiências na rede pública, parece ser difícil sua concretização, pois apesar das propostas, os profissionais alegam não existir condições para sua efetivação.

3. O Papel do mediador (Professor)

Deixaremos aqui registrados alguns aspectos referentes ao papel do professor de um modo geral, pois não nos ateremos em descrever o trabalho específico em cada área da Educação Especial, tanto das salas de recursos, quanto das classes especiais para Deficiente Auditivo- D.A., Deficiente Visual - D.V. e Deficiente Mental - D.M.

Espera-se que o professor trabalhe com o aluno de acordo com suas características estruturais próprias e seu grau de deficiência em particular, observando a sua fase evolutiva adaptando o conteúdo curricular ao desenvolvimento mental e social, levando o aluno ao máximo de independência possível.

¹³ Idem p.7

Nos documentos analisados encontramos o seguinte parágrafo a respeito do papel do professor; em sala de recursos - D.M.

“O papel de mediador, do professor, enquanto planejador de situações que promovam aprendizagem efetiva, dando o suporte necessário para imprimir qualidade à produção dos alunos, fazendo com que estes percebam a sala como um espaço de diálogo em torno do conhecimento, é de suma importância. Isto aliado a um conteúdo significativo, permite a instrumentalização dos alunos, partindo em direção a uma elaboração interna, individual, colocada nas experiências partilhadas..”¹⁴

Confrontaremos o parágrafo descrito na Política Educacional com a visão de uma professora que atua em uma sala de recursos para D.M. quando questionada com a seguinte pergunta: “Na sua opinião: Qual o papel do mediador (professor) em uma sala de Recurso Especial para D.M., D.A., D.V. ?

“Em se tratando de Sala de Recurso, nosso maior objetivo é que o aluno consiga acompanhar com sucesso a sala do ensino regular... Obs: Todos os alunos que freqüentam a sala de recurso, freqüentam o ensino regular, só que devido problemas de aprendizagem não conseguem acompanhar a sala”. Prof. IV

Para essa professora o papel do mediador de uma sala de recursos é o de levar seu aluno a ser bem sucedido no ensino regular.

Para a mesma questão obtivemos respostas com visões diversas sobre o papel do mediador diante de sua clientela “especial”.

2 *“O papel do professor em uma sala de recurso, é de proporcionar ao aluno, atividades, estímulos, nos quais uma sala de ensino regular não dispõe, ou seja, o professor da sala de recurso complementa o aprendizado usando diversos tipos de materiais didáticos, adequados a deficiência do aluno”. Prof. I*

¹⁴ SEE-MS. Políticas Educacionais. C-P-MS, 1994. p. 19-20.

Em ambas as respostas podemos perceber a visão de professor como agente de reforço do ensino regular, mas já no segundo depoimento é apresentada a necessidade de um trabalho com métodos e metodologias voltadas para atender a deficiência que o aluno tem.

Em relação às especificidades do material utilizado, verificamos que estes são confeccionados pelos próprios professores, pois, segundo os diferentes depoimentos, os órgãos responsáveis não enviam materiais "adequados" e suficientes para trabalhar com alunos especiais. Diante destas informações, acreditamos que este aspecto mereça um estudo posterior mais aprofundado, tentando verificar como ocorre a prática pedagógica especializada sem material adequado.

3 [*"Eu acho que o papel do professor de sala de aula de recurso é ajudar o aluno de classe especial que foi reintegrado a superar suas dificuldades". Prof. II*

Neste caso, fica vago o papel do professor pois, ele diz que deverá "ajudar" o aluno, mas não nos esclarece que tipo de ajuda e qual o trabalho realizado com este aluno para que possa superar as dificuldades individualizadas que esta clientela tem.

4 [*"Auxiliar o aluno frente às dificuldades com o conteúdo da classe regular, sempre preocupando com a estruturação da linguagem e correção da fala". Prof. III*

Temos a visão de professor como reforçador de conteúdo ou complementador do ensino regular, que sabemos tão precariamente atende os alunos de um modo geral.

Um aspecto que nos chamou atenção é o fato de que os alunos passam por uma sala de recurso como sendo um "antídoto" contra sua deficiência a fim de ter êxito no ensino regular. No entanto, nas proortas estudadas o trabalho pedagógico cotidiano em uma sala de recurso ou sala especial deveria consistir em:

"Prática laboriosa, histórica, de produção conjunta daquilo que é especificamente humano; consiste na elaboração de formas especificamente humanas de representar, significar e conhecer o mundo. Essas formas,

portanto, não são predeterminadas, são culturalmente elaboradas. Observar, aprender, compreender a dinâmica dessa elaboração acaba sendo um dos trabalhos que se colocam para o professor no cotidiano da sala de aula".¹⁵

Uma prática como a acima exposta seria um dos pontos fundamentais dentro dessa temática. Os profissionais que atendem tal clientela necessitariam culturalmente de uma visão ampla do trabalho do professor em sala de recurso ou especial.

A visão da professora a seguir atem-se, também, às dificuldades individualizadas.

"Trabalhar as dificuldades apresentadas a cada aluno P.N.E. e solicitar junto a U.I.A.P. algum atendimento mais especializado caso seja necessário". Prof. V

Esta Profissional demonstra uma visão aberta para que a equipe especializada oriente-a em caso de dúvidas ou reais necessidades que os alunos possam apresentar e leva-nos a entrar no último tema de análise que é a formação do professor.

4. A Formação do Professor

Consideramos este aspecto de suma importância no contexto Educação Especial. Mas, nas propostas e diretrizes educacionais estudadas e especialmente no Manual de Informação de Divulgação do Apoio ao Ensino do Portador de Necessidades Especiais - MS (1994), não encontramos evidenciada a preocupação específica com a formação profissional dos docentes para trabalharem com os portadores de deficiências, seja qual for a área específica que estes profissionais atuem.¹⁶ O que encontramos é uma descrição do profissional aceitável para atuar em uma Sala de Recursos - D.M.

¹⁵ SMOLKA, Ana L. B. O trabalho Pedagógico na Diversidade (Adversidade ?) da Sala de Aula - In: *Cadernos CEDES* nº 23. p. 47

¹⁶ - Classe Especial ou Sala de Recursos para DM, DA, DV.

"O professor que trabalha em Sala de Recursos, é geralmente um professor com formação de nível superior, exigindo-se experiência nas séries iniciais e/ou educação especial, que pertença ao Quadro do Magistério. Cabe à equipe técnica da UIAP, promover a capacitação deste professor..."¹⁷

Ao observarmos este postulado podemos apontar uma contradição entre o proposto pela Secretaria de Educação e o discurso de uma técnica da U.I.A.P., quando questionada sobre como os professores deveriam agir frente às dificuldades encontradas, ou a quem recorrer e pedir orientação sobre o trabalho. A solução para a questão apresentada e a resposta para superar as dificuldades encontradas é a seguinte:

"...é questão de paciência pois trabalha-se o mesmo conteúdo, só que o ritmo dele (aluno) é mais lento, é questão de ritmo". Prof VI

Se o professor necessita de auxílio para trabalhar com a clientela aqui enfatizada e busca recursos com a equipe que tem uma visão como a descrita acima, é provável que pouco superará destas dificuldades, pois parece-nos que não é só com "paciência" que teremos resultados esperados para que os alunos superem suas necessidades e consigamos o objetivo da "política" que é integrar este aluno no ensino regular. É necessário o acesso a conhecimentos produzidos na área da Educação Especial.

Tentamos também, saber sobre a relação entre o professor que atua nas séries iniciais do ensino regular e profissionais que atendam a clientela portadora de necessidades especiais. A este respeito, os documentos falam que...

"Cabe ao professor de sala de aula de recursos, prestar assistência e assessoria ao professor do ensino regular"¹⁸

Como que o professor que não recebe um acompanhamento adequado prestará assistência e assessoria ao professor do ensino regular?

¹⁷ SEE-MS . *Política Educacional* - Campo Grande-MS 1994, p.20 (Grifo nosso).

¹⁸ Idem. p. 32.

Os professores das Classes Especiais e Salas de Recursos foram questionados a respeito com a seguinte questão: 'Em sua opinião os professores de ensino regular de 1º grau estão habilitados (preparados) a receberem em suas salas alunos portadores de deficiências ou problemas de conduta?' (Cabe, aqui, esclarecer que grande parte dos professores que atualmente estão nas salas de recursos ou nas classes especiais (e que participaram dessa pesquisa), eram professores do ensino regular, até há mais ou menos um semestre. Então, de certa forma, elas estão se referindo às suas formações). Obtivemos respostas diferentes entre si. Como exemplo, temos a fala de duas professoras que atuam nas áreas D.M.-D.V.

"Não. Os mesmos têm uma resistência muito grande em não aceitá-lo em sala de aula. Os motivos são falta de consciência com esses alunos. Preparados são, pois o magistério, o curso de Pedagogia, nos dá os requisitos para lidarmos com todo tipo de aluno. Neste caso o que prevalece é o preconceito, com portadores de deficiência e não a força de vontade". Prof. nº I

"Eu não digo habilitados, mas que tem condições TEM, o que falta realmente é a força de vontade". prof. nº II

Observamos que a primeira de início nega que os professores do 1º grau do ensino regular estejam habilitados para trabalhar com crianças portadoras de deficiências ou problemas de conduta. Logo a seguir, afirma que estes profissionais são preparados pelo curso de 2º grau (magistério) e 3º grau (pedagogia) para atuarem "com todo tipo de aluno". Já, a segunda professora refere-se à necessidade do profissional possuir "força de vontade", pois, as condições ele teria. No entanto, sabemos que é muito recente o oferecimento de disciplinas sobre Educação Especial, tanto do curso de formação de professor no 2º grau, quanto no curso de pedagogia. Sendo assim, não é uma questão de haver ou não força de vontade, prevalecer ou não a questão do preconceito. O fato é que a maior parte dos profissionais atuantes em séries iniciais não tem conhecimento sobre Educação Especial.

Com a mesma questão obtivemos outras respostas :

"alguns mesmo não estando preparados se esforçam para dar um bom atendimento, outros rejeitam" prof. nº II

Podemos questionar este pensamento: até que ponto esse “esforço” sem pressuposto teóricos/práticos será favorável ao portador de necessidades especiais? No entanto a expressão “um bom atendimento” implicitamente passa a idéia da maioria das pessoas que compõem a sociedade (senso comum) sobre a questão Educação Especial enquanto assistencialismo.

Apesar de muitas vezes, ser conferida à educação especial o caráter de assistência por grande parte da sociedade, esta modalidade de educação não é para ser vista como uma ação assistencialista e sim INTEGRATÓRIA. Esse aspecto fica evidente no manual de Informação de Divulgação Sobre Apoio ao Ensino do portador de Necessidade Especiais.

Na continuidade da análise da questão no início citada temos uma resposta com teor ilusório da realidade.

“O professor, pela sua formação deveria estar preparado para receber qualquer tipo de aluno, mas nem sempre isso ocorre, chegando ao ponto do professor recusar o aluno”. Prof. nº III

A professora refere-se ao 2º grau (magistério) e 3º grau (pedagogia) como se houvesse um currículo adequado que os preparassem para atuarem com a clientela deficiente. No entanto, inúmeros autores, como por exemplo SANFELICE¹⁹, discutem o fato de que a escola brasileira trabalha com um *ideal* de aluno, ou seja, ela não se adaptou à mudança de clientela ocorrida com a expansão quantitativa da escola pública. Retornando ao depoimento acima, quanto ao fato “do professor recusar o aluno” deixa evidente seu receio frente à falta de conhecimento didático e metodológico referente a educação especial.

Uma das professoras apresentou outra visão:

“Não. Fomos educados a trabalhar com os chamados normais, daí talvez o despreparo de muitos ao depararem com essa situação”. Prof. V

Considerando a ausência, quase que total, de um currículo adequado de formação de profissionais para atender à clientela aqui discutida, concordamos com a resposta acima citada e ilustramos com a visão de MAZZOTA a esse respeito:

¹⁹ Ver, SANFELICE, J. L. Escola pública e gratuita para todos: inclusive para os deficientes mentais. Cadernos CEDES. nº23. São Paulo: Cortez, 1989.

"a nosso ver a formação de pessoal, principalmente professores, constitui um dos principais aspectos da educação especial que deve ser sempre objeto de nossa atenção".²⁰

Contudo verificamos que este aspecto recebe pouca atenção das Políticas Educacionais e Diretrizes de atendimento ao portador de necessidades especiais. Talvez esse seja o motivo de encontrarmos profissionais que atuam nesta área considerando o sucesso de um professor em uma classe especial ou sala de recurso como sendo "só questão de paciência".

CONCLUSÃO

A partir das informações levantadas juntos aos documentos produzidos pela Equipe de Apoio ao Ensino do Portador de Necessidades Especiais da Coordenadoria de Ensino Básico da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul e aos próprios professores, podemos verificar que o discurso democrático muitas vezes encontra-se dissociado da prática cotidiana das escolas.

Essa dissociação evidenciou-se, durante o trabalho, em alguns momentos: As propostas educacionais são formadas de modo que fica a cargo das Unidades Interdisciplinares de Apoio Psicopedagógico - UIAPs atribuições de suma importância, como: o diagnóstico, o acompanhamento e capacitação do professor, etc. Estas, se colocadas em prática, amenizariam os problemas apontados nesse trabalho. São aspectos primordiais quando se refere ao trabalho com portadores de deficiências. Assim, quando a Unidade de Apoio Psico-pedagógico - UIAP é procurada para um diagnóstico e não possui o profissional disponível para tal serviço em Corumbá - MS. percebemos que onde deveria haver um trabalho conjunto entre diversos órgãos, há uma equipe carente de pessoal

O professor para atender alunos especiais deveria receber uma formação direcionada às especificidades da Educação Especial, no entanto, quando um aluno é encaminhado para uma sala de recursos ou classe especial, depara-se com profissionais com formação deficitária. Cabe lembrar que, segundo os documentos analisados, este problema deveria ser sanado pelas UIAPs, as quais teriam como uma das atribuições:

"proporcionar capacitação aos professores dos serviços oferecidos ao Portador de Necessidade Especial nas escolas da rede através das ações do apoio educacional".²¹

²⁰ MAZZOTA, M. *Fundamentos de Educação Especial*. Série cadernos de Educação. São Paulo: Pioneira, 1982. p.67.

²¹ SEE/MS. *Políticas Educacionais*. Campo Grande, 1994. p.9

Embora as propostas educacionais enfatizem a *integração* como aspecto primordial do trabalho a ser desenvolvido com os Portadores de Necessidades Especiais, não determina a formação de o professor, sendo que este pode ser considerado um dos fatores condicionantes do êxito do educando. É através de apoio especializado dos profissionais da Educação Especial que o aluno poderá ter condições de obter sucesso quando encaminhado a uma classe especial. No entanto, os professores alegam que, nos últimos anos, poucos cursos foram oferecidos, o que não supre a carência de um profissional já sem qualificação "especializada".

Quanto ao papel do professor, o próprio tema indica que o profissional atuante com uma clientela especial deva ser o *mediador* entre sujeito e conhecimento, promovendo a aprendizagem, trabalhando com o aluno para que ele desenvolva outras formas de apropriação do conhecimento, que o faça "superar" sua deficiência. Este processo deve favorecer a *integração* desse indivíduo seja no âmbito escolar, familiar ou social.

Dessa forma, parece-nos que para que o processo de *integração* proposto pelas diretrizes educacionais seja conseguido, é necessário haver uma conscientização de que os portadores de necessidades especiais terão que ter as mesmas condições e oportunidades que a população "normal" tem assegurada, pois, como afirma SANFELICE:

*"Somente enquanto desigual é que esta prática será democrática"*²².

Na construção dessa prática "desigual", que possa contemplar as "necessidades especiais", parece-nos que, além de formação específica, as salas de recursos e as classes especiais necessitariam de materiais didáticos próprios, que os professores dizem não receber.

Dessa forma, no decorrer do trabalho, percebemos que a Educação Especial enfrenta problemas na forma em que está estruturada. A falta de "infra-estrutura" parece ter impossibilitado a implantação das *Políticas Educacionais* de forma plena. As informações conseguidas por essa pesquisa apontam para o fato de que a educação especial em nosso município apresenta-se aquém do esperado e necessitado por esta parcela da sociedade que é formada pelos Portadores de Necessidades Especiais.

²² SANFELICE. J.L. *Op cit.* p.33

BIBLIOGRAFIA

- ANACHE, Alexandra A. *Discurso e prática: a Educação do Deficiente Visual em Mato Grosso do Sul*. Dissertação de Mestrado, Campo Grande-MS: UFMS, 1991.
- _____. *Educação e deficiência: estudo sobre a educação da pessoa com "deficiência" visual*. Campo Grande-MS: CECITEC/UFMS, 1994.
- ASSUMPCÃO JR., F. B. & SPROVIERI, M. H. *Introdução ao estudo da deficiência mental*. São Paulo-SP: Mennon Edições científicas Ltda, 1991.
- CADERNOS CEDES, 23 - *Educação Especial*. São Paulo-SP: Cortez Editora, 1989.
- CARVALHO, Rosita E. *Panorama Internacional da Integração - enfoque nacional* *Revista Integração MEC*, Ano 5, nº 11.
- CHACON, Miguel. *A dinâmica do drama é personalidade*. Datilografado, s/d.
- FERREIRA, Júlio. *A exclusão da diferença*. Piracicaba: UNIMEP, 1993.
- FIGUEIREDO, Marta. *A integração social do portador de deficiência*. *Revista Integração*. MEC, s/d.
- FONSECA, Vitor da. *Educação Especial*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- KASSAR, Mônica. *A deficiência mental na voz das professoras*. Dissertação de Mestrado. Campo Grande: UFMS, 1993.
- MATO GROSSO DO SUL. *Diretrizes gerais para o ensino do portador de necessidades especiais*. Campo Grande, 1992.
- _____. *Diretrizes curriculares*. CAE PNE, 1992.
- _____. *Políticas Educacionais*, 1994.
- MAZZOTTA, M. J. S. *Fundamentos de Educação Especial*. Série Cadernos de Educação. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- REVISTA INTEGRAÇÃO. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial. ANO 5 - nº 11 - 1994.
- SANFELICE, José Luiz. *Escola pública e gratuita para todos: inclusive para os "deficientes" mentais*. *Cadernos CEDES*, nº 23. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVEIRA BUENO, José Gerald. *Educação Especial Brasileira. A integração/Segregação do aluno diferente*. Pontifícia Universidade de Católica de São Paulo, 1991.

SMOLKA, Ana L. B. O trabalho Pedagógico na diversidade (Adversidade?) da Sala de Aula. In: *Cadernos CEDES* n° 23.

ANEXO 1

- a) Quantos anos você trabalha com Crianças Especiais?
 sala de recurso
 sala especial
- b) Qual o tempo de contato que você tem com Educação Especial?
- c) Qual o tipo de contrato que você tem?
 efetiva contratada
- d) Qual sua formação? (Cursos - pesquisas - prática).
- e) Na sua opinião: Qual o papel do mediador (professor) em uma sala de recurso especial - DM - DA - DV.
- f) Quais são as propostas norteadoras da Educação Especial para o Estado de Mato Grosso do Sul?
- g) Quais os objetivos da Educação Especial para o Mato Grosso do Sul?
- h) O que significa integração?
“Usando suas palavras, explique o que entende por integração de pessoas portadoras de deficiências”.
- i) Que ações existem para que os objetivos da Educação Especial se concretizem?
- j) “Você é favorável a matrícula de portadores de deficiências ou de distúrbios de conduta em classes do ensino regular?” Por quê?
- l) Quais os serviços prestados pela UIAP?
- m) “Em sua opinião os professores de nosso ensino regular de 1º grau estão habilitados (preparados) a receberem em suas salas alunos portadores de deficiências ou problemas de conduta?
- n) Você é favorável ao término das classes especiais em escolas da rede oficial de ensino? Por quê?
- o) “Você acredita que tais alunos sejam mais felizes em escolas especiais, em classes especiais nas escolas da rede, em classes regulares, em outra modalidade, qual?”